

BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



01 de agosto a 31 de setembro de
2023



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL: Operação Escudo no Guarujá: prevenção da violência policial e reparação de vítimas

Após a morte de um soldado das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), atingido por tiros no município do Guarujá, litoral de São Paulo - SP¹, enquanto realizava patrulhamento na região, foi iniciada a Operação Escudo. Com a presença ostensiva de policiamento fortemente armado nas cidades do Guarujá e Santos, as inúmeras incursões ostensivas nas partes periféricas das cidades resultaram em 28 pessoas mortas pela polícia entre 28/07/2023 até 04/09/2023, além de outras feridas por disparo de arma de fogo².

O NCDH atuou desde o início das incursões policiais no território, participando de visita in loco e atendimento dos familiares das vítimas executadas, a fim de atuar de forma integral na sua assistência jurídica. A atuação foi realizada em conjunto com o Rede Apoia, outros Núcleos (NESC, NEIJ, NUDDIR e NHABURB) e com as Unidades Guarujá, Santos e São Vicente, que participaram de um encontro de formação para colher relatos e denúncias de violação de direitos durante a operação.

Em sua atuação extrajudicial e coletiva na defesa dos direitos humanos na segurança pública, o NCDH solicitou à Secretaria de Segurança Pública esclarecimentos sobre a Operação Escudo, recomendando ainda, dentre outras medidas, o uso de câmeras corporais no uniforme de todos os policiais militares e civis envolvidos.

Apesar de a polícia militar do Estado de São Paulo ser equipada com o uso de câmeras corporais, a maior parte dos agentes não fazia uso do equipamento durante as ações³. Por sua vez, a Defensoria Pública não foi oficialmente informada sobre quantos e quais agentes estão ou deveriam estar utilizando câmeras nos uniformes; não teve acesso aos inquéritos para a apuração das mortes decorrentes de intervenção policial e, como consequência, não tem acesso aos laudos e demais evidências produzidas neste âmbito; e a solicitação de compartilhamento das imagens das câmeras corporais utilizadas pelos policiais nelas envolvidos não foi respondida pelo Estado.

Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/09/justica-obriga-tarcisio-a-instalar-cameras-em-pms-que-participam-de-operacoes.shtml> > . Acesso em 29/09/2023. E <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/22/justica-de-sp-determina-que-todos-os-policiais-que-atuam-na-operacao-escudo-passem-a-usar-cameras-corporais.ghtml>

¹ Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/tj-sp-derruba-liminar-que-determinava-uso-de-camera-no-uniforme-de-pms-da-operacao-escudo/> > . Acesso em 29/03/2023.

² Disponível em: < <https://horadopovo.com.br/mp-sp-so-recebeu-imagens-de-6-das-18-mortes-na-operacao-de-vinganca-da-rot-a-guaruja/> > . Acesso em: 29/09/2023.

³ Informação da assessoria militar da pasta, Pedro Luis de Souza Lopes, durante o fórum A Região em Pauta, cujo tema foi Segurança Pública. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/08/29/operacao-escudo-nao-tem-mais-data-para-acabar-no-litoral-de-sp-balanco-aponta-23-mortes.ghtml> > .



EDITORIAL: Operação Escudo no Guarujá: prevenção da violência policial e reparação de vítimas

Diante do cenário, o NCDH e a organização da sociedade civil Conectas ingressaram com Ação Civil Pública, requerendo a utilização de câmeras corporais no uniforme de todos os policiais militares e civis envolvidos nas Operações Policiais realizadas nas cidades de Santos e Guarujá, assim como todas as operações que tenham por finalidade “responder a ataques praticados contra policiais militares” em todos os municípios do Estado.

A tutela de urgência foi concedida, em 22/09/2023, pelo juízo de primeiro grau⁴, porém suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo⁵.

O NCDH reitera a importância de ampliação da política de assistência jurídica integral das vítimas de violência de estado, particularmente a partir da escuta das famílias e vítimas. Assim, em parceria com os demais núcleos especializados (NESC, NEIJ, NUDDIR e NHABURB), Rede Apoia, Unidades de São Vicente, Guarujá, Santos e suporte da 1ª e 3ª Subdefensorias, o NCDH continuará a atuar para promover os direitos humanos das pessoas residentes nos territórios afetados pela Operação Escudo, bem como garantir reparação das violações de direito identificadas.



⁴Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/em-40-dias-operacao-escudo-prende-900-criminosos-e-apreende-quase-1-tonelada-de-drogas/>. Acesso em 29/09/2023.

⁵ Disponível em: <<https://www.metropoles.com/sao-paulo/sp-um-morre-e-2-sao-presos-apos-assassinato-de-pm-da-rota-no-guaruja>>. Acesso em 28/07/2023.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua e do SUAS - 07/08/2023



No dia 07 de agosto foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua. A Frente tem por objetivo atuar por ações articuladas em torno de demandas como moradia, assistência social, alimentação, saúde, educação, trabalho, justiça e cultura, de maneira ampla, humana e digna da população em situação de rua. O NCDH esteve presente no evento realizado na ALESP, representado pela coordenadora, Fernanda Balera. Sobre o tema, nas palavras da Defensora: “É urgente a criação do comitê estadual, como já bem lembrou o nosso Deputado Eduardo Suplicy.



A lei que instituí a Política Estadual das pessoas em Situação de Rua é de 2017, e até hoje não se tem um Comitê Estadual que garanta a participação das pessoas em situação de rua e dos movimentos e entidades ligadas as pessoas em situação de rua a essa política...”. Confira [aqui](#);



Atendimento dos conviventes da Casa Franciscana sobre denúncias de ações de zeladoria e violência praticada pela Guarda Civil Municipal



Em 05/08/2023, as equipes de limpeza urbana, acompanhadas da Guarda Civil Municipal, realizaram ação de zeladoria, resultando na apreensão de pertences da população que estava na calçada, até mesmo seus itens pessoais. Em 09/08/2023, este Núcleo recebeu, via mensagem eletrônica (e-mail), um relato do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua – serviço vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDH)-, com denúncias de violações de direitos da população em situação de rua ocorridas durante a ação de zeladoria, inclusive no interior da Casa Francisca. A denúncia também foi registrada pela Ouvidoria de Direitos Humanos da SMDHC. Após denúncia, no dia 14/08, a equipe do NCDH prestou atendimento na Casa Franciscana com o objetivo de ouvir os conviventes do centro emergencial.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Atendimento itinerante Autonomia em Foco

O NCDH, em conjunto com o Atendimento Inicial Especializado, realizou atendimento itinerante no Autonomia em Foco, em 15 de setembro de 2023. A atividade foi organizada depois da informação de que a Prefeitura de São Paulo fecharia o equipamento, transferindo os moradores para outros centros de acolhida e hotéis sociais. Nessa oportunidade, foram atendidas 30 pessoas. Sobre o perfil das pessoas atendidas, 68% eram negras, 50% estavam em situação de rua há mais de 5 anos e 57% das pessoas nunca tinham sido atendidas pela Defensoria. A principal demanda foi a insatisfação dos usuários com a possível fechamento do serviço (86%), mas foram prestadas orientações jurídicas e atendimento das outras demandas que surgiram também (cível/fazenda/família).



Mutirão de Atendimento de Familiares de Pessoas Desaparecidas

Em 04/08/2023, os/as colaboradores/as do NCDH participaram de mutirão de atendimento de familiares de pessoas desaparecidas, após formação com o Cruz Vermelha sobre a temática. A atividade foi organizada a partir das demandas jurídicas trazidas pelos familiares de pessoas desaparecidas e movimentos organizados, sobretudo pela Associação Mães em Luta, indicando que é necessário um atendimento integral e centralizado aos familiares para o direcionamento de suas demandas individuais.

Mutirão de atendimento e orientação jurídica para familiares de pessoas desaparecidas

4 de agosto,
a partir das 14h

Local: Defensoria Pública de SP
Endereço: Rua Boa Vista, nº 150
(próximo à estação São Bento do Metrô)

Informações sobre inscrições na legenda

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Festival Internacional Cultura e POP Rua

O Festival Pop Rua, ocorreu entre os dias 16 e 18 de agosto, a fim de discutir o direito à cultura e apresentar produções artísticas realizadas por pessoas que vivem nas ruas de todo o país. O evento contou com uma programação extensa de serviços, cursos, atividades culturais e artísticas para a população em situação de rua. A Defensoria Pública participou do evento promovendo assistência jurídica gratuita aos frequentadores do Festival. Foram realizados 92 atendimentos em diversas áreas como direito de família, civil, demandas por acesso às políticas públicas da assistência social e moradia, orientações sobre processos criminais e extinção da multa penal. O Festival foi promovido no Sesc do Bom Retiro, no Museu da Língua Portuguesa e na rua da frente, em parceria com a Prefeitura de São Paulo e idealizado com diversos movimentos sociais, agentes, coletivos e instituições culturais da região.



Pop Rua Jud Guarulhos e Ribeirão Preto

Em setembro, o NCDH participou do Mutirão Pop Rua Guarulhos, nos dias 11 a 15, assim como no Mutirão Pop Rua, ambos organizados pelo Tribunal Regional Federal. Em Guarulhos, 80 pessoas foram atendidas pela DPE. Desse total, 24% estavam em situação de rua há menos de seis meses, e 40%, sem acesso a abrigos. Por sua vez, em Ribeirão Preto, 155 pessoas foram atendidas, das quais 60% das pessoas nunca tinham sido atendidas pela DPE anteriormente, 31% das pessoas se encontram em situação de rua há mais de 3 anos. Além dos serviços oferecidos por diversas instituições públicas e organizações não governamentais, os participantes puderam acompanhar uma programação cultural, com música, dança, cantos indígenas, vídeos e rodas de conversa.

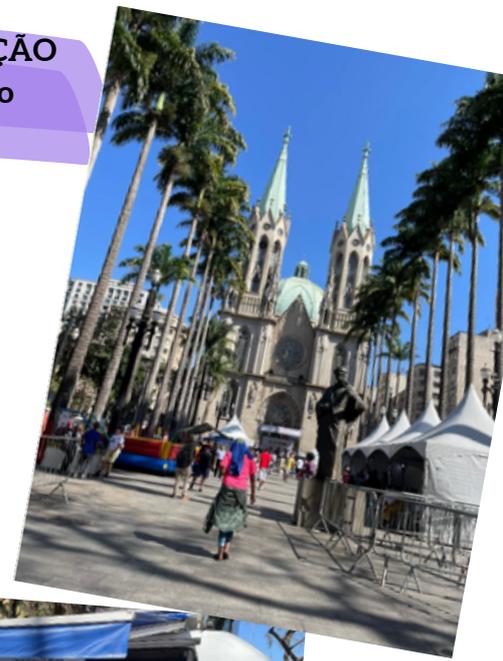




DIA NACIONAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA- Atendimento itinerante na praça da sé 19/08

A Defensoria de São Paulo realizou no dia 19/08 atendimento itinerante na praça da Sé para celebrar o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, oferecendo atendimento jurídico em mais um evento voltado a esse público, promovido pela prefeitura.

A Defensoria prestou 49 atendimentos, em diversas áreas jurídicas, como direito de família, questões cíveis, acesso a políticas públicas de assistência social e habitação, além de orientações relacionadas a processos criminais e à extinção de multa penal. A iniciativa foi organizada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da capital, em colaboração também com diversos movimentos sociais que atuam em apoio a essa população vulnerável.



EVENTOS E REUNIÕES

16/08 Fórum além da guerra as drogas

O NCDH participou o Fórum Além da Guerra as Drogas: Políticas públicas, democracia e garantia de direitos, ocorrido no dia 16 de setembro. O evento reuniu especialistas de diferentes áreas e membros da sociedade civil para debater as diferentes abordagens e perspectivas sobre o tema das drogas, estimulando o diálogo e a reflexão coletiva para a formulação de caminhos para novas intervenções.

No período matutino, a Defensora Pública Fernanda Penteadó Balera apresentou o Relatório de pesquisa Operação Cachimbo: Relatório das Detenções em Massa realizadas na Cracolândia. Confira a pesquisa na íntegra no site da DPE.

fórum além da guerra às drogas
políticas públicas
democracia e garantia de direitos
16 de agosto de 2023 - 8h30-17h00
centro de convenções da unicamp

programação

8h30 - Credenciamento	12h15 - Almoço
9h00 - Abertura	13h45 - Mesa redonda "Tecnologia de Dados e o combate ao tráfico de drogas"
9h15 - Mesa redonda "Direito, Família e Justiça"	14h15 - Mesa redonda "Evidências científicas, protocolos do IGP, casoarbo do Departamento de Saúde Mental do Instituto de Saúde"
• Cristiane Marinho , advogada criminalista, coautora e editora do Guia Para a Justiça da Família de São Paulo	• Marcos Sampaio , instrutor de dança no Centro de Convênios E de L&E
• Rafael Joffe (Instituto IUPERJ)	• Paulo Roberto (Instituto de Direito do Gênero e Políticas de Enfrentamento à HIV/AIDS)
• Fernanda Balera , Defensora Pública do estado de São Paulo, coordenadora da Operação Cachimbo: detenções em massa na Cracolândia	15h20 - Intervalo
10h20 - Intervalo	15h25 - Mesa redonda "Tecnologias e o combate à violência"
10h30 - Mesa redonda "Drogas e sociedade"	• Marcos Faria , IUPERJ, sociólogo, diretor de Pesquisas, Avaliação e Gestão de Informação do IUPERJ
• Luana Malheiro , pesquisadora, autora do livro "Tendências e desafios de novas culturas e políticas sobre drogas", membro do IUPERJ	• Marcelo Oliveira , sociólogo, representante da Associação de Políticas de Drogas
• Adriano de Carmo , "Instituto Social", fundador do Instituto "Instituto de Políticas de Drogas e Políticas de Saúde Mental"	• Dr. Patrícia e Beatriz do Instituto de Políticas de Drogas e Políticas de Saúde Mental (IPDS)
• Samuel , mestre e doutor em Antropologia Social, professor de Antropologia na Unicamp	16h45 - Encerramento

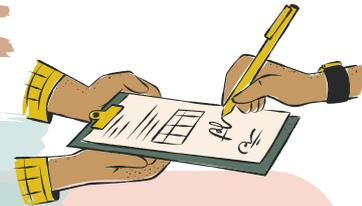
Inscrições gratuitas no link: bit.ly/alem-da-guerra

realização
ProEC - Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

organização
FÓRUMS PERMANENTES
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
LIPDS - Núcleo de Políticas de Drogas

Confira mais sobre o evento [aqui!](#)

EVENTOS E REUNIÕES



Participação da membra Amanda Pilon Barsoumian na Cerimônia de Posse da Nova Gestão do Conselho Municipal de Imigrantes no dia 28/08

Foi realizada na noite da última quinta-feira (26), no auditório da Prefeitura Regional da Sé, solenidade de posse do Conselho Municipal de Imigrantes, que deverá levar à frente ações de reconhecimento dos direitos e inclusão de imigrantes na cidade de São Paulo. Participaram do evento diversas autoridades ligadas à temática migratória em São Paulo – incluindo a secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Eloisa Arruda, e a representante da Organização Internacional do Trabalho, Cyntia Sampaio.

Cyntia destacou a importância do conselho na conquista de novos espaços. “Os imigrantes já possuem voz, só que nem sempre têm acesso ao microfone – que hoje em dia está mais acessível”. Já Eloisa Arruda explicou que o conselho foi composto por 50% de mulheres, atendendo uma nova e importante diretriz, além de destacar a importância do envolvimento de toda a população. “Neste momento, a comunidade internacional se mobiliza para a construção de um pacto não só de refúgio, mas também de migração, e a participação da sociedade civil é fundamental neste processo”.

Logo após a solenidade foi realizada a primeira reunião do novo conselho, conduzida pela Coordenação de Políticas para Migrantes e Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Nesta primeira fase será elaborado um regimento interno do colegiado, com a convocação de eleições dentro de seis meses para renovação do Conselho.

Conforme prevista em lei, metade do Conselho é composta por integrantes de oito secretarias municipais – Direitos Humanos e Cidadania, Educação, Habitação, Trabalho, Saúde, Cultura, Assistência e Desenvolvimento Social e Prefeituras Regionais; a outra metade é formada por conselheiros migrantes – que já atuam junto aos conselhos participativos das Prefeituras Regionais onde foram eleitos – e por representantes das seguintes entidades da sociedade civil: CAMI, Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, CDHIC, Missão Paz, Conectas, Presença América Latina, BibliASPA, Sefras e Cosmópolis. Também integram o Conselho, como observadores, representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados em São Paulo (ACNUR) e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.





EVENTOS E REUNIÕES

Audiência pública sobre a Pop Rua com CNDH em São Paulo

O Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), representado pelo sociólogo Wilherson Carlos Luiz e a psicóloga Iara Mouradian Pedo, participou da Audiência Pública Pop Rua com CNDH. A população trouxe diferentes queixas, relacionadas às questões de moradia, lazer, acesso à saúde, ao trabalho, bem como ao transporte público. A audiência contou com a participação ativa da população em situação de rua, e também de pessoas ligadas ao CISARTE.



Participação na audiência pública organizada pelo CNDH sobre a operação escudo

No dia 1 de setembro, representado pela coordenadora auxiliar Cecília Nascimento, o NCDH participou da audiência pública, organizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos para apresentar relatório preliminar com denúncias de violações de direitos humanos no decorrer da atuação das forças policiais na Operação Escudo, em andamento na baixada santista.

O Relatório sintetiza a visita in loco do CNDH, realizada nos dias 14 a 15 de outubro. Nessa oportunidade, em conjunto com entidades da sociedade civil, o órgão realizou o acolhimento de familiares das vítimas, escuta no território e visitas às instituições do sistema de justiça. O encontro foi motivado pelo recebimento de ofícios encaminhados pelas organizações Anistia Internacional e Conectas Direitos Humanos, solicitando uma ação emergencial no estado de São Paulo por conta do incremento da letalidade policial na Baixada Santista.

Cerimônia do prêmio 19 de agosto, Wil foi premiado em 2º

O Prêmio 19 de Agosto tem por objetivo reconhecer as boas práticas no trabalho com a população em situação de rua, particularmente com a finalidade fortalecer, incentivar e promover a garantia de direitos, a dignidade, a autoestima, a autonomia e melhores condições de vida dessa população.

Entre os vencedores da categoria "Boas práticas realizadas por pessoa física", o agente da Defensoria Pública, Wilherson Carlos Luiz, foi premiado com o 2º lugar por sua longa trajetória e importante atuação quanto à promoção e proteção dos direitos da população em situação de rua.





EVENTOS E REUNIÕES

Participação do NCDH na Revisão do Brasil do PDESC

Nos dias 28 e 29 de setembro, o Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU revisou o Brasil sobre o cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Brasil enviou seu relatório em junho de 2020. Junto do Estado, organizações civis e órgãos independentes também apresentaram "relatórios-sombra", a fim de revelar os avanços e retrocessos do país na implementação de direitos sociais. Dentre eles, o NCDH apresentou seus dados. A defensora Cecília Nascimento representou o Núcleo na 74a Sessão Ordinária.

Acesse [aqui](#) o relatório produzido pelo NCDH!

Formatura do curso de Formação de Promotoras Legais Populares

Em 26/08/2023 foi realizada a formatura do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares, com enfoque nos/as familiares de pessoas desaparecidas, o qual contou com a participação da Defensora Pública Cecília Nascimento. O curso, realizado em parceria com a EDEPE, Promotora Legais Populares e o Movimento Mães em Luta, foi organizado a partir de aulas expositivas e práticas, assim como visitas in loco aos órgãos do sistema de justiça, segurança pública e assistência social da Prefeitura de São Paulo.



NCDH participa de reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

A coordenadora Fernanda Balera participou, nos dias 27 e 28 de setembro de 2023, da Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do CONDEGE. Nessa oportunidade, foram discutidos temas como a assistência jurídica integral à população em situação de rua, bem como realizadas reuniões com o Ministério da Justiça. As atividades se mostraram importantes para a troca de boas práticas entre as defensorias públicas, bem como para qualificar a atuação da instituição.





NCHD na mídia

Defensoria compara ação da PM no Guarujá a esquadrão da morte e aciona justiça para o uso de câmeras corporais.

Ação policial na região da baixada santista que resultou em 16 mortes foi criticada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O órgão internacional instou o Estado a promover uma investigação exaustiva sobre os fatos, bem como responsabilizar os agentes do Estado responsáveis por violações de direito e reparar integralmente as vítimas e seus familiares.

[Confira aqui!](#)



Pela 1ª vez, ONU aceita denúncia contra Brasil por tortura e adota medidas



O Comitê Contra a Tortura da ONU admitiu, pela primeira vez, uma denúncia contra o Estado brasileiro feita pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio dos Núcleos da Situação Carcerária (Nesc) e de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), da Regional de Presidente Prudente, e pela Conectas Direitos Humanos. A decisão determina medidas cautelares, que devem ser cumpridas pelos responsáveis no país para garantir os direitos das vítimas. A denúncia se refere a violações cometidas em setembro de 2015, quando o Grupo de Intervenção Rápida (GIR) fez uma incursão no Anexo de Regime Semiaberto de Presidente Prudente. Naquele momento, cerca de 240 pessoas presas sofreram revista geral sob violência física e psicológica e foram submetidas a tortura por duas horas e meia. É o primeiro caso brasileiro admitido pelo CAT, que supervisiona o cumprimento da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Também é o primeiro caso da DPE-SP admitido por um órgão de supervisão dos tratados de proteção de direitos humanos ratificados sob os auspícios das Nações Unidas.



NCHD na mídia



Justiça acolhe habeas corpus impetrado pela Defensoria Pública de São Paulo, em favor de Homem que foi algemado e agredido por policiais militares após denúncia de suposto furto de 3 barras de chocolate.



O NCDH 'prestou suporte a Defensoria Pública Cristiana Emy em sua atuação na defesa de de um homem negro que sofreu uma série de agressões e maus tratos durante a abordagem policial. Em 19 de julho, e foi preso pela suspeita de ter roubado três barras de chocolate do supermercado. Ele foi amarrado nos pés e nas mãos e colocado no porta-malas da viatura policial.

A Defensoria Pública impetrou habeas corpus alegando o constrangimento ilegal da decisão do juízo da audiência de custódia que não acolheu o pedido de relaxamento da prisão em flagrante. A atuação teve respaldo na tese institucional 136, aprovada no XI Encontro Estadual de 2021 , que traz fundamentos jurídicos para o relaxamento da prisão e do reconhecimento da ilicitude das provas coletadas sob contexto de agressão

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acolheu a tese institucional e concedeu a liminar para colocar o paciente em liberdade por entender que a violência policial não justifica a manutenção da privação de liberdade:

“diante dos indícios de tortura, maus-tratos, tratamento cruel e degradante por parte dos policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante, sendo tal conduta incompatível com o estado democrático de direito, nos termos da Constituição Federal, a qual prevê que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante CF), é imperiosa a concessão da liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares diversas (...) Nenhum delito, por mais grave que seja, justifica a prática de outro, em especial pelos agentes investidos pelo estado para preservarem a ordem pública.

[Confira aqui!](#)

[Acesse mais notícias sobre o caso!](#)



CRACOLÂNDIA



OPERAÇÃO CACHIMBO: lançamento do relatório

No dia 10/08, no teatro contêiner Mugunzá, foi realizado o encontro de divulgação do estudo “Operação cachimbo: Relatório das detenções em massa realizadas na Cracolândia”, produzido pelo NCDH, em conjunto com as pesquisadoras, Taniele Rui e Luisa Plastino.

Na primeira parte do evento foi realizada uma apresentação do relatório pelas coordenadoras Fernanda Balera, Surrailly Youssef e pela pesquisadora Taniele Rui. Já na segunda parte, foi realizado um debate dos resultados da pesquisa com os seguintes participantes: Major Rodrigo Vilardi da Secretaria de Segurança Pública, Daniela Skromov de Albuquerque - Defensora Pública; Ludmila Yajgunovitch Mafra Frateschi - Psicóloga, Integrante do Teto Trampo e Tratamento; Juliana Borges - Coordenadora de Advocacy da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas.

Segue um trecho da fala da psicóloga Ludmila: "Para mim, o relatório da Defensoria tem um pouco esse efeito. De narrar um dia-a-dia que foi muito violento para todos os que estávamos aqui, usuários, moradores, trabalhadores, ativistas. Tudo se desorganizou. Nomeá-lo, desenhá-lo com dados, dar a ele uma narrativa ajuda a iniciar um processo de elaboração. Obrigada a vocês do Núcleo."





PARA VER, LER E OUVIR

PARA VER

Agência FARPA:

A agência criada por fotógrafas e fotógrafos busca contar histórias pela perspectiva de seus protagonistas, preservando sua voz, sua visão e seus interesses e colocando nossas imagens a serviço de um mundo melhor. Desde 2017 reúne imagens e coberturas no Brasil e em países latinoamericanos, inclusive realizando a cobertura das visitas in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos aos países latinoamericanos.



[Confira aqui!](#)

PARA OUVIR



[A Regulação da Maconha no Brasil](#)



[Ouça aqui!](#)

PARA LER

Nota Técnica Sou da Paz: Aprendizados para implantação de programas de câmeras corporais (bodycams) em instituições policiais.



[Confira aqui!](#)



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Amanda Moniz de Abreu;
Amanda Pilon Barsoumian;
Antônio José Maffezoli Leite;
Cecília Nascimento Ferreira;
Caio Jesus Granduque José;
Daniela Batalha Trettel;
Davi Quintanilha Failde de Azevedo;
Fernanda Dutra Pinchiaro;
Fernanda Penteado Balera;
Gabriela Galetti Pimenta;
Marcelo Dayrell Vivas;
Mario Thiago Moreira;
Paula Albernaz Rodrigues da Cruz
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II;
Renato Campos Pinto de Vitto;
Surrailly Fernandes Youssef;
Thalita Veronica Goncalves e Silva;
Vitor Ortiz Amando de Barros.

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Leticia Lopes Aguiar
Barbara de Oliveira Costa
Raquel Couto Nascimento
Nicole Venancio Michelin
Mariellen Milhomem Barros

Estagiárias de Pós-Graduação

Isabella Castro Machado

COMISSÃO DO BOLETIM

Isabella Castro Machado
Leticia Lopes Aguiar
Raquel Couto Nascimento
Mariellen Milhomem Barros